



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA

## ATA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE (CONDEL/SUDENE)

Aos 6 (seis) dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 9h, por meio de videoconferência, sob a condução do Senhor **Helder Melillo Lopes Cunha Silva**, Secretário-Executivo do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) e Presidente do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene) e do Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Secretário-Executivo do CONDEL/SUDENE, **General Carlos César Araújo Lima**, deu-se início a 29ª Reunião Ordinária do Condel/Sudene ainda com as presenças dos membros Conselheiros: Excelentíssimos (as) Senhores (as): **Izolda Cela**, Vice-Governadora do Estado do Ceará; **Romeu Zema**, Governador de Minas Gerais; **Paulo Câmara**, Governador de Pernambuco; **Jaqueline Moraes**, Vice-Governadora do Espírito Santo; **Lígia Feliciano**, Vice-Governadora da Paraíba; **José Gomes da Costa**, Conselheiro Titular do Banco do Nordeste (BNB); **Kelsor Gonçalves Fernandes**, Conselheiro Suplente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); **Eduardo Salim Braide**, Conselheiro Titular da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP); **Natanael Vitória Ferreira**, Conselheiro Titular da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Júlio César de Carvalho Lima**, Conselheiro Titular da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA); **Jucelino Dantas**, Conselheiro Suplente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); A Reunião contou também com a presença de diretores e assessores da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Ministério de Desenvolvimento Regional. Realizados os credenciamentos dos conselheiros, o Presidente do Condel, Helder Melillo Lopes Cunha Silva, iniciou à pauta da 29ª Reunião do conselho deliberativo da SUDENE. Passou a palavra ao senhor **General Carlos Araújo Lima** para dizer a ordem do dia e a leitura da ata da reunião anterior. O General prosseguiu informando que iria confirmar a presença de quem já estava presente virtualmente, chamando pelo órgão e pediu que, em sequência, o seu conselheiro ou representante se apresentasse para que fosse possível a confirmação efetiva dos presentes. Com a chamada do Ministério do Desenvolvimento Regional seguiu a chamada de todos os outros conselheiros. O General agradeceu a participação de todos e informou ao Presidente que havia quórum para dar início à reunião. O Presidente da reunião agradeceu a participação de todos os presentes e informou que seria iniciada a reunião com os itens da pauta. Prosseguiu informando que o primeiro item da pauta era a aprovação, com dispensa de leitura da ata, da 28ª (vigésima oitava) reunião do Condel, que ocorreu em 13 (treze) de dezembro do ano anterior e informou que a ata estava disponível no site de acordo com o link que foi enviado juntamente com a convocação. Em seguida passou a palavra para os demais conselheiros que quisessem fazer alguma observação. Com a palavra o General Araújo Lima ratificou que a ata já estava disponível há algum tempo o que foi, inclusive, informado na reunião do Comitê Técnico, na semana anterior, e que seria interessante que todos tomassem conhecimento porque na ocasião seria votada e que, como já bem colocou o Presidente, caso alguém tenha algum ajuste a fazer na ata, que o faça nesse momento. O Presidente colocou o item em votação dizendo que não havendo manifestação poderiam passar para o próximo item da pauta. Complementou que, a título de deliberação, não havendo nenhuma manifestação, considerava-se aprovada a ata. Na sequência o Presidente do Condel falou que o item número dois era sobre a deliberação da Resolução do Condel número 155 e que ela foi aprovada *ad referendum*, que trata da criação do comitê técnico provisório responsável pela análise dos argumentos técnicos com vista a eventual revisão da delimitação do semiárido aprovada pelo Condel. Em continuidade perguntou ao General se teria algum esclarecimento a

ser feito. O General disse que poderia seguir para a votação. O Presidente falou que não havendo nenhuma consideração, nenhuma manifestação, também considerava aprovada. Na sequência a Vice-Governadora da Paraíba, Lígia, disse que queria apenas uma explicação sobre a retirada de alguns municípios da Paraíba do semiárido. Disse não ser a favor, caso seja essa a pauta que será votada. Complementou que esse é um ponto que é muito importante para a Paraíba, que é não excluir nenhum município do semiárido. O Presidente esclareceu que o item dois foi a criação de um grupo para fazer o estudo sobre essa delimitação do semiárido e que o item 10 da pauta ainda vai ser objeto de deliberação e que trata de prorrogação dos prazos dos estudos. explicou: "porque os municípios que eventualmente saíram, ou poderiam sair desse processo de revisão, a gente abriu um prazo e esse prazo foi prorrogado para manifestação deles, a gente recebeu alguns recursos e eles já estão sendo analisados pela equipe da Superintendência, do grupo técnico criado, mas o prazo dessa análise ser estendido. Então na reunião de hoje não há na sua pauta, em nenhum momento, a retirada do município do semiárido, ou inclusão." Ratificou que apenas no item 10 é que trata da prorrogação dos prazos dos estudos. A Vice-Governadora da Paraíba disse que estava esclarecido. O Secretário-Executivo do Condel disse que a explicação do Presidente foi perfeita e que o item em discussão é a criação do grupo de trabalho *ad referendum* e que já trabalhou e já apresentou uma proposta que está contemplada no item 10 da pauta. O Presidente passou para o item 3 e disse que se trata de uma deliberação *ad referendum* de número 156 que estabelece as diretrizes e prioridades do FNE para 2023. Perguntou ao Secretário se teria alguma observação a fazer. O General Araújo Lima disse que é interessante saber que as prioridades são resultantes de um trabalho conjunto entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Sudene onde fica muito bem estabelecido no seu planejamento estratégico quais são as áreas e os setores importantes a serem priorizados na aplicação do recurso do FNE. Complementou que em decorrência disso alguns aspectos irão pautar o trabalho a ser realizado pelo Banco do Nordeste, que é o grande operador do recurso e que nos momentos de aplicação do recurso deverá levar em consideração essas diretrizes e essas prioridades. Esclareceu que é como se a aplicação dos recursos tivessem sendo alinhada com esses 3 órgãos. O Presidente agradeceu a explicação do General e abriu o momento de deliberação e explicou que, caso não tenha nenhuma consideração, nenhuma manifestação, também considera o item aprovado. O Deputado Júlio Cesar, Conselheiro Titular da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), pediu para fazer um registro sobre a operacionalização da Lei 14.166 que inclui um saldo devedor de R\$ 17.5 bilhões de reais, um total de 742 mil operações e que só foi negociada, regularizada, apenas 5 mil. Complementou: "Em relação ao rural, apenas 1% e o valor do 1% corresponde a 3% do montante negociado." Disse que queria chamar atenção para a morosidade e, talvez, por algumas dificuldades. Falou que apresentou um projeto que tinha a prorrogação da Lei 14.166, que vence em 30 de dezembro, para que tenha mais um ano. Informou que no ano de 2023, tem um pedido que já fez ao banco do estado e que já fez o requerimento, apresentou o projeto e espera aprovar ainda no ano em curso e, se não for possível, no ano seguinte. Esclareceu que propuseram a prorrogação do texto original da lei. Disse ser evidente que houve veto e que foi derrubado esse veto porque tinha aqueles parcialmente provisionados e algumas coisas que mexia com o patrimônio do Fundo. Falou que estava expondo o trabalho que está sendo realizado ao conhecimento do Conselho como também para que o banco tome conhecimento e articule com a bancada de todos os estados do Nordeste e, evidentemente, e inclui o Norte e o Centro Oeste, que são 23 estados com a parte de Minas Gerais e o Espírito Santo. Finalizou dizendo que a colocação que queria trazer era a preocupação com a negociação. O Presidente do Banco do Nordeste falou sobre a importância da medida que o Deputado Júlio César está encabeçando com todo o apoio do Banco do Nordeste e aproveitou para atualizar os números dos 14 bilhões. Esclareceu que como as pessoas vão deixando para fazer as alterações muito nos últimos dias, estima-se que deve fechar com algo em torno de 2 bilhões até 31 de dezembro, que acontece um pouco mais, mas que fica ainda muito distante do potencial. Disse: "Eu acho que a prorrogação por mais um ano dessa lei deverá trazer benefícios para um grande número de empresas e é importante que essa que é a primeira lei que traz benefícios de redução de valores para liquidação e renegociação de dívidas com o setor urbano em condições inéditas." Agradeceu ao deputado que muito tem apoiado nesse sentido e enfatizou que a prorrogação seria muito importante. Dirigindo-se ao Presidente o General disse concordar em tudo o que foi dito e que não somente pelo deputado como também pelo presidente do BNB. O Presidente do Condel passou para o Item 4, que era sobre a Resolução Condel número 157 que foi aprovada *ad referendum* pelo Conselho Deliberativo referente à alteração e programação do FNE para o ano de 2022. Questionou se o General tinha algo a dizer. O General passou a palavra para a área

técnica, o Diretor Wilson Veiga, para fazer alguns esclarecimentos. O Diretor Wilson Veiga agradeceu ao General e disse que a Resolução Condel Sudene número 157 no seu artigo segundo sintetiza o objeto da Resolução. Esclareceu que o artigo segundo diz que ficam autorizadas a ampliação do limite de financiamento para transportadores autônomos de cargas ou taxis, no âmbito do programa de financiamento das micro empresas, empresas de pequeno porte, e ao empreendedor individual FNE-MPE, nos termos do parecer técnico conjunto MDR e Sudene número 02, de 2022. O Presidente colocou o item em regime de deliberação e disse que se todos estiverem favoráveis permaneçam como estão. Agradeceu a todos e passou para o item 5 da pauta que trata da Resolução 158 *ad referendum* que promovia a alteração das diretrizes e prioridades do FNE para 2022. O Presidente questionou ao General se havia alguma observação a ser feita. O General disse que sim e passou a palavra à Diretoria de Planejamento. O Diretor Marcos cumprimentou a todos e explicou que a Resolução n.º 158, de 2022, inclui entre as prioridades setoriais do estado do Espírito Santo, as atividades de cafeicultura, fruticultura e bovinocultura bem como indústria de beneficiamento e transformação relacionadas a essas atividades, e no item dois inclui também a atividade C20 que é fabricação de produtos químicos nas prioridades setoriais do estado de Pernambuco. Foram solicitações oriundas da Federação da Agricultura e Pecuária do estado do Espírito Santo e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado de Pernambuco, disse o Diretor. O General disse que a explicação era para saber o que muda e a quem estamos atendendo nesse *ad referendum*. O Presidente explicou que está sendo célere em razão do atraso ocorrido no início da reunião, mas caso haja necessidade de mais alguma informação podem se manifestar. Continuou dizendo que não havendo mais nenhuma observação e nem manifestação iria passar para o regimento de deliberação e se todos estivessem favoráveis que permanecessem como estavam. Registrou que o item 5 foi aprovado também. Prosseguiu com o item 6 da pauta, que é a Resolução n.º 159, a última que foi aprovada *ad referendum* durante o exercício. Explicou que a Resolução alterou a programação do FNE para 2022. Passou a palavra ao General que redirecionou à Diretoria de Fundos e Incentivos para apresentar esclarecimentos. O Diretor agradeceu ao General e explicou que a Resolução do Condel n.º 159 pode ser sintetizada pelo seu artigo segundo que diz que ficam autorizadas a inclusão da finalidade de financiamento de capital de giro isolado quando do programa de apoio ao programa nacional de micro crédito produtivo orientado urbano FNE/PNNPO nos termos do parecer técnico conjunto MDR/Sudene número 4, de 2022. O Presidente falou que não havendo nenhuma consideração mais a fazer colocava em regime de deliberação e se todos estivessem favoráveis permanecessem como estavam. Aprovada a última Resolução *ad referendum* do ano o Presidente prosseguiu para o item 7 informando que se tratava da deliberação do relatório dos resultados e impactos do FNE para o exercício de 2021. Passou a palavra ao General que informou que seriam necessárias algumas considerações por intermédio da Diretoria de Planejamento. O Diretor Marcos Falcão falou que o relatório de impactos de 2021 foi encaminhado pelo Banco do Nordeste e, após, foi feito na Sudene um parecer conjunto entre a Diretoria de Planejamento e a Diretoria de Fundos, Incentivos Fiscais e Investimentos, como também com o MDR. Em sequência pediu à Coordenadora-Geral Claudia Silva que falasse um pouco sobre as orientações do parecer acerca do Relatório. A Coordenadora-Geral explicou que com relação ao relatório analisado pelas equipes técnicas, ele foi aprovado com as diretrizes encaminhadas pelo Condel para a fundação com algumas recomendações de aplicação para os estados de Alagoas, Espírito Santo e Sergipe que foram a menor do que estava previsto. Finalizou dizendo que para Alagoas foi 78,6% por nível de projeção, Espírito Santo 63.4% e Sergipe 72%. O General informou que eram esses esclarecimentos e passou a palavra ao Presidente. O Presidente perguntou se mais alguém tinha alguma consideração sobre o relatório. Informou que como não houve nenhuma consideração a mais sobre o relatório, colocava em regime de deliberação e se todos estiverem favoráveis permanecessem como estavam. Agradeceu a todos e informou que estava aprovado o relatório de resultados e impactos para o exercício de 2021. O Presidente avançou para o item 8 da pauta informando que se tratava da deliberação da proposta para o estabelecimento da programação e de aplicação dos recursos do FNE para o próximo exercício de 2023. Indagou se alguém gostaria de fazer algum comentário. O General passou a palavra para a Diretoria de Incentivo de Fundos e investimentos. O Diretor Wilson agradeceu e disse que entre o MDR, Sudene e BNB foram feitas várias reuniões de ajustes para os temas inicialmente propostos pelo BNB, e que têm absolutamente todos os acordos entre as 3 instituições, com exceção apenas de um tópico que é a questão do percentual de 2023, que será dedicado às pequenas empresas, conforme previsto no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE). Continuou dizendo que o percentual que está no planejamento estratégico da Sudene é de 55%

de todo o valor previsto para o FNE 2023 e que o Banco do Nordeste levantou questões importantes sobre as dificuldades que eles têm de utilizar esse recurso de 55% para as pequenas empresas. Disse: "Então, em discussões com o MDR nós chegamos a um valor que inicialmente continua sendo de 55%, mas podendo ser reduzido até 51%. Visto que a lei, a regra estabelece que não pode ser menor que 50%. Então, nas recomendações feitas pelo BNB, a única que nós divergimos juntamente com o MDR é essa do percentual para pequenas empresas." Devolveu a palavra ao General que falou: "que queria complementar algumas considerações que foram as outras propostas paralelas que nós fizemos ao Banco do Nordeste e colocamos aqui, que sabemos da dificuldade de estabelecermos um limite de aplicação desses recursos, mas apresentamos algumas linhas de ação para facilitar ao Banco do Nordeste nessa sua aplicação, buscando esses 55% que foi o valor estabelecido assim em termos de planejamento estratégico, mas fica então estabelecido como um mínimo necessário os 51% e sempre buscando atingir os 55%. Utilizamos também a proposta de que possamos utilizar para viabilizar esses valores outras agências que possam colaborar conosco no sentido de apresentar seus projetos e que eles tenham por ventura represado em suas agências na colaboração com as ações do Banco do Nordeste." O Presidente elogiou a fala do General e continuou dizendo que sobre o tema acredita que o objetivo é, cada vez mais, tomar mais empréstimo com pequenos tomadores, mas é claro que o percentual é sempre puxado para cima. Falou que acha que a solução encontrada pelo grupo de estabelecer o mínimo de 51 e deixar claro a mensagem de que está buscando os 55% foi muito bem feita. Em sequência passou para votação. O Presidente informou que não havendo nenhuma consideração, estariam entrando em regime de deliberação e se todos estivesse de acordo com a proposta que permanecessem como estavam. Agradeceu a todos e informou que foi aprovado o item da programação de aplicação de recursos para 2023 do FNE. Em continuidade passou para o item nove e comunicou que era o penúltimo item da pauta que é a deliberação das propostas de diretrizes e prioridades do FNE para o ano de 2023. O General Araújo Lima disse que à medida em que vão evoluindo, ao longo do ano, vão identificando e vão surgindo novos objetivos, novas metas, novos projetos e que buscam esse dinamismo propondo nas diretrizes e prioridades algumas mudanças, algumas alterações na aplicação do FDNE para 2023. Passou a palavra à Diretoria de planejamento para que, pudessem, focar de forma objetiva nas mudanças. O Diretor agradeceu e disse que em relação ao FDNE a programação para 2023 também foi feita em uma parceria entre a Diretoria de Planejamento e a Diretoria de Fundos e Incentivos Fiscais. Falou que, sendo o FDNE um fundo que tem por objetivo financiar basicamente projetos de infraestrutura, projetos estruturantes da região, então permanecem como prioridades, infraestrutura, notadamente saneamento básico, e dentre as prioridades espaciais, algumas foram mantidas. Complementou dizendo que as prioridades já existentes em 2022, como projetos no semiárido, projetos em tipologias de baixa ou média renda foram incluídos para 2023 como prioridades espaciais, municípios localizados no Projeto de Desenvolvimento Federativo (PDF), ou seja, aqueles municípios de menor porte na área de atuação da Sudene. O General informou que eram esses os esclarecimentos e devolveu a palavra ao Presidente que falou que, como não havia nenhuma observação a ser feita, seguiam para o regime de deliberação e, caso todos estivessem favoráveis, permanecessem com estavam. Agradeceu a todos e informou que as propostas de diretrizes do FDNE estavam aprovadas. Deu prosseguimento com o último item da pauta dizendo que se tratava da deliberação da proposta de concessão de prazo para as argumentações técnicas e prorrogação do comitê provisório de que trata a Resolução do Condell n.º 155, de 2022. Falou que o tema já foi rapidamente abordado, mas que passava a palavra para o General para alguma complementação; O General Araújo Lima disse que esse item 10 estava atendendo a ansiedade da Vice-Governadora Lígia, também do grupo de Minas Gerais, que compõe uma força tarefa. Disse que participou de reunião muito proveitosa, na semana anterior, juntamente com os integrantes do Comitê Técnico (pré-Condell) e os técnicos da SUDENE e do MDR. Mencionou que chegaram à conclusão e compartilharam a ideia com o Ministério do Desenvolvimento Regional para que, em uma situação absolutamente intermediária, não apresentássemos ainda o relatório do grupo de trabalho, que foi criado pela Resolução do Condell n.º 155, que teria o seu prazo esgotado no final do ano. Esclareceu que como foram identificadas algumas pendências, a exemplo de alguns estados que entraram com as suas solicitações fora do prazo, e a Sudene não tinha autoridade para, por conta própria, adiar o prazo, resolveu-se apoiados pelo MDR e pelo grupo do pré Condell trazer a questão para se discutida nesse fórum. Falou que foi trazida a proposta de que fosse concedido um novo prazo para novas discussões, para novos argumentos, para que os estados tivessem melhor oportunidade e, aqueles que entraram fora do prazo que pudessem apresentar dentro do prazo a sua solicitação. Falou: "que o prazo

estabelecido para 31 de março de 2023 a entrada do prazo e em junho somente seria a data limite para que no Condell fosse decidido a respeito dessa exclusão ou não desses 50 municípios do semiárido. Nós ouvimos a palavra do nosso deputado Júlio César, ouvimos todos os presentes por intermédio dos seus representantes, e veja bem, nós queríamos deixar bem claro que não há qualquer interesse seja da Sudene, seja do MDR de excluir ninguém, tanto que os critérios eles crescem 215 e reduzem 50, mas veja bem, reduzem porque não atenderam a critérios técnicos." Explicou que são medições matemáticas, são medições exatas que estão abrindo a oportunidade para que sejam questionadas e que elas estarão sendo questionadas até esse novo prazo. Falou que queria deixar bem claro que entendem perfeitamente que se precisa ter um semiárido abrangendo toda a área da Sudene, mas que infelizmente isso não é possível e, melhor, pior do que ter um critério às vezes questionável, é não ter critério. Por solicitação, passou a palavra à Vice-Governadora Lígia, que cumprimentou a todos e disse ter entendido perfeitamente que a votação agora é só prorrogar o prazo para contestação e a entrega dos argumentos. Falou que queria deixar bem registrado que, não sabe ao certo, mas acha que há 4 anos atrás houve todo um estudo e os municípios da Paraíba, foram integrados no semiárido e a partir daí começaram a trabalhar os seus projetos para ter acesso aos empréstimos para desenvolvimento. Explicou que a Paraíba que é um estado que está crescendo muito e que precisa muito do apoio da Sudene porque sofre muito com a seca no semiárido e que, agora nesse estudo, a Paraíba é o estado que vai ser mais prejudicado, que vai ter o maior número de municípios excluídos. Disse entender que vão entrar com essa parte técnica toda, mas já queria deixar registrado que não são favoráveis. Falou: " eu queria que ficasse registrado isso. eu sei que temos estratégias para votar definitivamente, mas eu já sou contra a esse assunto." O General Araújo Lima disse que foi muito oportuno o posicionamento da Vice-Governadora e que sabe que dificilmente vai aparecer qualquer representante de um dos 50 municípios objeto de exclusão do semiárido, que vai se mostrar satisfeito com a sua retirada. Complementou que só gostaria de registrar, por exemplo, que mora em Natal e todas às vezes que vai aeroporto, passa por um município que é do semiárido. Falou que na grande Natal existe um município que está no semiárido. Explicou que quando um município desse é mantido nessa lista ele está tirando a oportunidade de atender a um município que de fato tem uma pluviosidade baixa, mas explicou que já está registrado que a Paraíba é desfavorável a retirada de qualquer município do semiárido. Quanto à prorrogação desse prazo, falou que é uma demonstração, uma materialização de que estão sensíveis ao anseio da Vice-Governadora para que a equipe possa ter um pouco mais de tempo para discutir esse tema e quem sabe até convencer de que deve haver mudanças nos critérios e enfatizou que estão muito sensíveis e muito abertos a essa questão em concordância com o MDR. O Presidente questionou se mais alguém teria alguma manifestação sobre o item. Registrou que , não havendo mais nenhuma observação, colocava o item em regime de votação e se todos estivesse favoráveis permanecessem como estavam. Agradeceu a todos e disse que, tendo em vista que não houve nenhuma manifestação, estava aprovada a proposta e o prazo está prorrogado para 31 de março. Disse que esse era o último item da pauta e gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos e falou que o esforço de estarem na reunião foi importante para compor o *quórum* e aprovar os itens. Passou a palavra ao General que disse que, antes de tudo, gostaria de agradecer à equipe do comitê técnico do semiárido que participaram de várias reuniões para tratar o assunto. Agradeceu, também, à equipe que participou na semana passada do pré-Condell, que foi, praticamente a preparação para a essa reunião. Seguiu agradecendo, em especial, aos governadores e vice que se esforçam muito pra conseguir afastar-se dos seus Gabinetes. Disse para todos que a Sudene está aberta a propostas, ideias, tudo o que os senhores quiserem apresentar para a Sudene, que a Autarquia estará sempre à disposição e ela representa os senhores em qualquer fórum que aconteça. Falou que queria sugerir a todos que, tendo oportunidade, entrassem no site da Sudene e conheçam o SigMapas que vai facilitar muito o planejamento de todos em suas respectivas atividades. Pediu permissão ao Presidente para passar a palavra para o Governador Zema que solicitou a fala. O Governador Zema disse que foi um prazer participar da reunião com todos e que fica muito satisfeito com as deliberações e queria deixar claro a importância para Minas Gerais de que os oito municípios continuem na área da Sudene. Falou que iriam continuar lutando pelo interesse dos municípios. Em sequência a Vice-Governadora do Espírito Santo, Jaqueline, relatou que a reunião foi muito boa e queria deixar um abraço ao Governador Zema, Paulo câmara e, mais uma vez, ao General, por conduzir de forma muito democrática a reunião. Em nome de todas as mulheres, deixava um abraço à Governadora Isolda e desejava um Feliz Natal e Ano Novo a todos. O General agradeceu os comentários e acerca do trabalho da Sudene disse que queria dizer a todos que a condução da reunião jamais aconteceria da forma que se

deu se não fosse a equipe e as orientações repassadas permanentemente pelo MDR. Pediu pra compartilhar com todos os integrantes da mesa os elogios pela condução. Em sequência devolveu a palavra para o Presidente que agradeceu e disse que fazia das palavras do General as suas. Reforçou o sucesso dos trabalhos da equipe da Sudene na condução da reunião. Finalizou dizendo que, não havendo mais nenhum comentário, desejava a todos um ótimo fim de ano e que o objetivo era seguir trabalhando para que o Brasil possa crescer cada vez mais. O Presidente do Condel deu como encerrada a reunião e solicitou que fosse lavrada a presente Ata e que, depois de aprovada na próxima reunião, seria assinada por ele, Presidente do Colegiado e pelo Superintendente, General Carlos César Araújo Lima, Secretário-Executivo do Conselho. As discussões e as apresentações proferidas estão gravadas e disponíveis aos Conselheiros. O registro de presença dos Conselheiros constitui parte integrante desta Ata.

### **Helder Melillo Lopes Cunha Silva**

Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional Substituto

Presidente do Condel

### **General Carlos César Araújo Lima**

Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Secretário-Executivo do Condel

Ata da 29a. Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada por videoconferência em 06/12/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Alves Torres, Agente Administrativa**, em 16/02/2023, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0457940** e o código CRC **4CA7561B**.